

“Mas é território ou maré?” O conceito de maretório e as mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral do Pará, Amazônia, Brasil

Carla Moreira

Universidade Federal do Pará
carlasiqueiramoreira@gmail.com

Victor Sousa

Universidad de Los Lagos
paulo.sousa@ulagos.cl

Jessica França

Universidade Federal do Pará
Jessica.nascimento@ifch.ufpa.br

Célia Neves

Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará
luasoldasneves@gmail.com

Marly Silva

Secretaria Nacional da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhas (CONFREM)
marliluciasilva@yahoo.com.br

Recibido: 26.09.2023 | **Aceptado:** 07.08.2024

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre o conceito de “maretório” e sua relação com as lutas por direitos socioambientais das mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral do Pará, Brasil. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo-exploratório, baseado em entrevistas, etnografias e registros em diário de campo,

analizados em diálogo com conceitos e categorias analíticas das epistemologias feministas e ecoterritoriais latino-americanas. Colocar essas mulheres no centro da análise, revelou que a origem do conceito "maretório" ilustra a construção de um giro ecoterritorial, produzido a partir de uma epistemologia desde abaixo que valoriza o conhecimento situado dessas mulheres. Ao protagonizarem esse processo, elas se constituem em sujeitas epistêmicas. Embora frequentemente invisibilizadas pela literatura, essas mulheres não apenas lideraram mobilizações sociais em defesa de seus maretórios, resultando na criação de Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas no litoral do Pará, mas também buscam atuar ativamente na cogestão dessas áreas e na reivindicação de políticas públicas. Neste contexto, observamos que o termo "maretório" é mobilizado como uma estratégia de luta por políticas públicas e direitos socioambientais, marcando um espaço que engloba seus conhecimentos, identidades e esperanças de transformação social.

Palavras-chave: Amazônia; Maretório; Mulheres extrativistas costeiras e marinhas; Lutas socioambientais.

¿Pero es territorio o marea?" El concepto de *maretório* y las mujeres extractivistas costeras y marinas del litoral de Pará, Amazonas, Brasil

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar una reflexión sobre el concepto de "maretorio" y su relación con las luchas por derechos socioambientales de las mujeres extractivistas costeras y marinas del litoral de Pará, Brasil. Se trata de un estudio de carácter cualitativo-exploratorio, basado en entrevistas, etnografías y registros en diario de campo, analizados en diálogo con conceptos y categorías analíticas de las epistemologías feministas y ecoterritoriales latinoamericanas. Poner a estas mujeres en el centro del análisis reveló que el origen del concepto "maretorio" ilustra la construcción de un giro ecoterritorial, producido a partir de una epistemología desde abajo que valora el conocimiento situado de estas mujeres. Al protagonizar este proceso, ellas se constituyen en sujetos epistémicos. Aunque a menudo invisibilizadas por la literatura, estas mujeres no solo lideraron movilizaciones sociales en defensa de sus maretorios, lo que resultó en la creación de Reservas Extractivistas Costeras y Marinas en el litoral de Pará, sino que también buscan actuar activamente en la cogestión de estas áreas y en la reivindicación de políticas públicas. En este contexto, observamos que el

término “maretorio” se moviliza como una estrategia de lucha por políticas públicas y derechos socioambientales, marcando un espacio que engloba sus conocimientos, identidades y esperanzas de transformación social.

Palabras clave: Amazonía. Maretorio. Mujeres extractivistas costeras y marinas. Luchas socioambientales.

“But is it territory or tide?” The concept of *maretório* and the coastal and marine extractivist women of Pará’s coast, Amazon, Brazil

Abstract: This article aims to present a reflection on the concept of “maretório” and its relationship with the struggles for socio-environmental rights of coastal and marine extractivist women of Pará’s coast, Brazil. It is a qualitative-exploratory study, based on interviews, ethnographies, and field diary records, analyzed in dialogue with concepts and analytical categories from Latin American feminist and eco-territorial epistemologies. Placing these women at the center of the analysis revealed that the origin of the concept “maretório” illustrates the construction of an eco-territorial turn, produced from a bottom-up epistemology that values the situated knowledge of these women. By leading this process, they become epistemic subjects. Although often overlooked by the literature, these women not only led social mobilizations in defense of their maretórios, resulting in the creation of Coastal and Marine Extractive Reserves on the coast of Pará, but also actively seek to participate in the co-management of these areas and in advocating for public policies. In this context, we observe that the term “maretório” is mobilized as a strategy of struggle for public policies and socio-environmental rights, marking a space that encompasses their knowledge, identities, and hopes for social transformation.

Keywords: Amazon. Maretório. Coastal and marine extractivist women. Socio-environmental struggles.

Como citar este artículo:

Moreira, C., Sousa, V., França, J., Neves, C., & Silva, M. (2025). “Mas é território ou maré?” O conceito de maretório e as mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral do Pará, Amazônia, Brasil. *Polis (Santiago)*, 23(68), 341-381. <https://doi.org/10.32735/S0718-6568/2024-N68-3872>

Introdução

Este artigo visa apresentar uma contribuição para o debate em torno da compreensão do conceito de “maretório”, destacando sua relação com as lutas por direitos socioambientais¹ das mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral do Pará, Amazônia, Brasil. Embora a literatura brasileira mencione o conceito, muitos estudos não investigam sua origem de maneira aprofundada e não dão o devido destaque às mulheres extrativistas costeiras e marinhas que protagonizaram o processo que resultou na criação do termo². Tendo em vista, este estudo busca preencher essa lacuna, colocando a perspectiva dessas mulheres no centro da análise.

Colocar as mulheres extrativistas costeiras e marinhas no centro da análise revelou-se um exercício interessante. Como será explorado em uma das seções deste artigo, ao analisarmos a origem do conceito “maretório”, a partir deste enfoque, observamos que esse processo ilustra a construção de um giro ecoterritorial, produzido a partir de uma epistemologia desde abaixo que valoriza o conhecimento situado dessas mulheres. Ao protagonizarem esse processo, elas se constituem em sujeitas epistêmicas.

Em outra seção, exploraremos que, embora frequentemente invisibilizadas pela literatura, essas mulheres protagonizaram ações, mobilizações sociais e estratégias de resistências pelo reconhecimento de direitos socioambientais e em defesa de seu

¹ Neste artigo, consideramos direitos socioambientais os direitos sociais, como moradia, saúde e educação, e aqueles relacionados ao meio ambiente e o reconhecimento enquanto trabalhadoras da pesca e extrativistas costeiras e marinhas. Esses direitos abrangem o acesso a políticas públicas a específicas para esta categoria, como o Programa de Conservação Ambiental Bolsa Verde (PBV), e incluem o direito de participar em espaços de tomada de decisão, o reconhecimento de seus maretórios através da criação de áreas protegidas, o acesso a programas de apoio e incentivos, entre outros.

² Para uma melhor compreensão sobre o tema, consultar o trabalho de Sousa, França e Araos (2024). Neste estudo os autores apresentam uma contribuição para o debate a partir de uma revisão bibliográfica sobre o conceito na literatura brasileira.

modo de vida tradicional e de seus maretórios, resultando na criação de Reservas Extrativistas Costeiras³ e Marinhas no litoral do Pará. Mas não apenas isso, atualmente essas mulheres buscam atuar ativamente na cogestão destas RESEX MAR, procurando ocupar espaços e influenciando nos processos de tomada de decisão, assim como reivindicando políticas públicas que reconheçam suas especificidades e dos demais povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos. Neste contexto, observamos que o termo “maretório” é mobilizado como uma estratégia de luta por políticas públicas e direitos socioambientais, marcando um espaço que engloba seus conhecimentos, identidades e esperanças de transformação social.

Nesse sentido, esse exercício nos permitiu compreender que o conceito de “maretório” vai além de uma nova ferramenta analítica acadêmica. Essas mulheres, utilizam o conceito como uma estratégia de resistência e reivindicação de direitos. As práticas e o conhecimento situado dessas mulheres fornecem a lente para aqueles e aquelas que desejam compreender as especificidades do modo de vida dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos, destacando a interseção entre conhecimentos tradicionais, espaço físico, identidade cultural e práticas socioambientais.

Neste artigo, adotamos uma abordagem qualitativa-exploratória. A ideia de desenvolver essa reflexão surgiu de inquietações compartilhadas entre as autoras e o autor durante conversas sobre o tema. Nosso objetivo não é encerrar o debate, mas sim abrir o diálogo, oferecendo insumos para estudos que estão sendo desenvolvidos, não apenas por nós, mas também por outros (as) pesquisadores (as) interessados (as) em contribuir com o tema.

³ A inclusão do termo “Costeira” é uma operação endógena realizada por lideranças dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos, pois nem todas as RESEX decretadas no litoral brasileiro foram batizadas como RESEX MAR. É o caso da RESEX de São João da Ponta, no município de São João da Ponta (Brasil 2002a), da RESEX de Mãe Grande de Curuçá, no município de Curuçá (Brasil 2002b), entre outras.

Além disso, pretendemos construir agendas de pesquisa futuras que possam aprofundar e expandir esse campo de estudo.

Os dados apresentados ao longo do artigo são frutos de experiências empíricas das autoras e do autor no desenvolvimento de pesquisas junto às mulheres extrativistas das RESEX MAR do litoral do Pará, Brasil. A partir dessas experiências foi possível realizamos trabalhos de campo em comunidades da RESEX MAR de Mãe Grande de Curuçá, RESEX MAR de Caeté-Taperaçu, RESEX MAR de Mocapajuba e RESEX MAR de São João da Ponta, localizadas respectivamente nos municípios de Curuçá, Bragança, São Caetano de Odivelas e São João da Ponta. Somado a isso, participamos de eventos sociopolíticos, onde essas mulheres estiveram presentes.

A partir desses contatos, foi possível realizar entrevistas com lideranças, conduzir etnografias, registrar observações em diários de campo e analisar fontes documentais fornecidas por essas lideranças. Esses dados foram analisados em diálogo com alguns conceitos e categorias analíticas presentes nas epistemologias feministas e ecoterritoriais latino-americanas que serão explorados a seguir.

Epistemologias feministas e ecoterritoriais: conceitos e categoriais analíticas

Essa seção tem como objetivo apresentar conceitos e categorias analíticas que serão exploradas para análise dos dados coletados. De acordo com Pérez (2017), as epistemologias que emergem no contexto latino-americano, oferecem uma perspectiva crítica que desafia a hegemonia do conhecimento científico tradicional, predominantemente eurocêntrico e androcêntrico. Segundo a autora, essas abordagens reconhecem as mulheres (e de outros grupos marginalizados) como produtoras de conhecimento a partir de suas próprias experiências e contextos específicos. Isto é, o conhecimento é sempre situado, condicionado por contextos históricos, sociais e culturais específicos.

Nesse contexto, o conceito de conhecimento situado ganha destaque nesse debate, sendo citada por feministas e ecofeministas⁴ para reforçar o argumento de que o sujeito ou a sujeita do conhecimento é sempre um(a) indivíduo histórico(a) particular, cujos interesses, emoções e razão estão constituídos por seus contextos históricos concretos (Pérez 2017). Essa discussão tem origem nas reflexões de Haraway (1995) onde destaca que todo o conhecimento é parcial e localizado, rejeitando a pretensão de objetividade universal e desincorporada que tem caracterizado a ciência tradicional. Ela sustenta que "apenas a perspectiva parcial promete uma visão objetiva" (Haraway 1995, 21).

Essa discussão se conecta às propostas defendidas por autoras feministas e ecofeministas sobre a construção de uma "epistemologia desde abaixo" ou a partir do ponto de vista de grupos marginalizados. Para Harding (1993) essa forma de conhecimento forjada a partir do ponto de vista de grupos marginalizados, coloca a relação entre conhecimento e política no centro de sua abordagem. Isso ocorre porque, segundo Harding (1993), o pensamento que começa a ser construído a partir das vidas dos oprimidos enfrenta dificuldades para ter suas perguntas críticas expressas ou ouvidas dentro de uma concepção empirista tradicional de produção de conhecimento. No entanto, a autora ressalta que ao iniciar a pesquisa a partir da perspectiva de grupos marginalizados, como as mulheres, temos como resultados relatos que abrangem não apenas as

⁴ Desde o seu surgimento na década de 1960 e apesar de suas diversas vertentes, os ecofeminismos convergem no entendimento de que a opressão de mulheres e a exploração da natureza são pontos em comum. Ambas são sustentadas por sistemas de poder como o patriarcado e o capitalismo, que desvalorizam o trabalho de cuidado e a vida em si, levando à degradação ambiental e à desigualdade social. A perspectiva ecofeminista construtivista, representada por autoras como Vandana Shiva, Maria Mies e Bina Agarwal, situa a relação entre gênero e natureza em um contexto histórico e cultural específico. A maior afinidade das mulheres com a natureza, segundo essas autoras, não é um dado biológico, mas sim um resultado das desigualdades de gênero e das divisões de trabalho que se consolidaram ao longo da história. A consciência ecológica de gênero, portanto, é um produto das relações de poder e das hierarquias sociais que moldam as experiências de vida das mulheres (Barragán et al. 2016).

experiências delas, mas também as dos homens e de toda a ordem social.

Esses elementos se fazem presentes nas reflexões sobre os feminismos comunitários. De acordo com Cabnal (2010), uma das principais expoentes do tema, um dos pilares centrais do feminismo comunitário é a afirmação das mulheres indígenas como sujeitas epistêmicas, isto é, como produtoras de conhecimento e pensamento crítico⁵. Para a autora, isso lhes conferia autoridade para questionar, criticar e propor novas formas de entendimento e práticas. Ainda de acordo com Cabnal (2010), a partir desse posicionamento, essas mulheres podem abordar suas realidades com um enfoque antipatriarcal comunitário, construindo conceitos e categorias que nomeiam suas opressões.

Cabnal (2010) em seu estudo, menciona algumas categorias de análise que vêm sendo construídas de forma coletiva dentro do feminismo comunitário. Entre elas, destaca-se o conceito de "patriarcado originário ancestral", que permite analisar as relações de poder desiguais dentro das comunidades indígenas e identificar a raiz patriarcal dessas opressões (Cabnal 2010). Além disso, a ideia de "hetero realidade cosmogônica originária" é central para entender como a dualidade e complementaridade heteronormativa foram estabelecidas como normas sagradas nas cosmovisões indígenas, perpetuando a opressão das mulheres (Cabnal 2010). Outro conceito importante, é o de "vitimização histórica situada", que critica a visão de que todas as opressões das mulheres indígenas começaram com a colonização. Cabnal (2010) argumenta que essa perspectiva negligencia as formas de

⁵ O feminismo comunitário, segundo a autora, é uma corrente do pensamento feminista que emerge da experiência e luta das mulheres indígenas, em busca da reinterpretação de suas realidades históricas. Este feminismo é descrito pela autora como uma "recriação e criação do pensamento político ideológico feminista e cosmogômico" (Cabnal, 2010, 12, tradução nossa) que se desenvolve a partir das experiências e saberes de mulheres indígenas *aymaras* bolivianas e de *xinkas* da Guatemala.

patriarcado que existiam antes da colonização e que foram exacerbadas por ela.

Nesse artigo, buscamos sustentar o argumento de que as mulheres extrativistas costeiras do litoral do Pará também se constituem em sujeitas epistêmicas ao contribuírem para a construção coletiva do termo "maretório" em colaboração com técnicos e ambientalistas. Como será melhor explorado em uma das seções deste artigo, a discussão que dar origem ao termo, emerge a partir de um questionamento levantado por uma dessas mulheres sobre a adequação do uso da palavra "território" para descrever o espaço onde elas desenvolvem suas atividades produtivas e culturais, que tem como particularidade o fato de ser influenciado pelo regime das marés e do ciclo lunar.

Nesse contexto, o discursivo revela sua importância. Como afirma Gonçalves (2009) em sua reflexão sobre o nome "Abya Yala" (que significa "terra madura" ou "terra em florescimento"), utilizado pelo por povos originários para referenciar o continente que conhecemos como América. De acordo com o autor, este nome emergiu de um novo ciclo do movimento, no qual as mulheres tiveram um papel significativo, representando uma construção política identitária e descolonizadora. Com base nisso, Gonçalves (2009, 29) argumenta que, "dar nome próprio é apropriar-se".

Nesse sentido, a compreensão dos significados atribuídos ao conceito de território, e nesse caso, do "maretório" é essencial nessas disputas discursivas. Segundo o geógrafo Haesbaert (2020), a leitura latino-americana do território enfatiza as práticas vividas e os usos simbólicos do espaço, contrastando com as abordagens eurocêntricas que priorizam as propriedades jurídico-políticas do território. De acordo com o autor, na América Latina, o território é "lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social" (Haesbaert, 2020, p. 76).

Svampa (2019) também aborda a complexidade sobre o conceito de território, destacando que ele, assim como territorialidade, aparece

nas narrativas de organizações indígenas, movimentos socioambientais, corporações e gestores públicos. De acordo com a autora, "(...) a noção de território se converteu em uma espécie de conceito social total, a partir do qual é possível visualizar o posicionamento dos diferentes atores em conflito e, a partir desse posicionamento, analisar as dinâmicas sociais e políticas" (Svampa 2019, 55).

A linguagem, portanto, é política e influencia a realidade, como Svampa (2019) observa em sua análise das lutas socioambientais no contexto latino-americano, caracterizadas pelo que ela chama de "giro ecoterritorial". Com base nisso, buscamos avançar no argumento apresentado por Sousa (2022) em que, o território é um exemplo deste giro ecoterritorial, emergindo do diálogo de saberes entre o conhecimento situado das mulheres extrativistas costeiras e marinhas e o conhecimento técnico e ambientalista. Este processo ilustra a construção de alianças e acordos que valorizam os saberes locais, tradicionais e ancestrais, resultando em diagnósticos comuns que divergem dos discursos dominantes (Svampa, 2019). Assim, o território representa uma articulação entre lutas dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos, militâncias territoriais, ecológicas e feministas, comprometidas com a preservação da vida e dos ecossistemas para as futuras gerações.

Outro elemento presente nessa literatura feminista e ecofeminista latino-americana é o destaque para o papel das mulheres nas lutas socioambientais no contexto latino-americano e na construção de novas relações com a natureza. Isso é parte da reflexão desenvolvida por Svampa (2015), do que ela denomina feminismo do sul ou de sobrevivência. Essas perspectivas feministas, que se aproximam das correntes construtivistas do ecofeminismo, estão associadas, segundo a interpretação de Svampa (2015), à ecologia popular e à experiência diversa das mulheres na defesa da saúde, territórios e sobrevivência, decorrente também da luta contra o neoextrativismo.

De acordo com Svampa (2015), em países da América Latina, as mulheres, especialmente aquelas dos setores populares e médios,

têm tido um protagonismo cada vez maior nas lutas sociais e na auto-organização coletiva por direitos e justiça socioambiental. Este fenômeno vem sendo denominado como "feminização das lutas sociais". Svampa (2015) destaca que, embora muitas mulheres envolvidas nessas lutas não se identifiquem inicialmente como feministas devido à estigmatização e às diferenças percebidas em relação ao feminismo clássico, ao participarem das lutas sociais, vão se tornando feministas populares no próprio processo de luta.

No contexto desta pesquisa, o protagonismo das mulheres, embora invisibilizado pela literatura, se faz presente desde as primeiras mobilizações sociais que deram origem à criação das primeiras RESEX no território brasileiro. No estado do Acre, na Amazônia, as mulheres estavam na linha de frente, protagonizando estratégias de "empates"⁶, se posicionando junto às crianças na defesa das florestas contra os avanços dos madeireiros (Façanha 2022). Como será melhor explorado em uma das seções deste artigo, as mulheres extrativistas costeiras e marinhas desempenham um papel muito importante ao protagonizaram ações, mobilizações sociais e estratégias de resistências pelo reconhecimento de direitos socioambientais e em defesa e seu modo de vida tradicional e de seus maretórios, resultando na criação de RESEX MAR no litoral do Pará. Assim como as mulheres acreanas, as mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral do Pará assumem a defesa da vida e do território –e, nesse caso, do "maretório"– muitas vezes se tornando ambientalistas por necessidade, em um processo comparado à "ambientalização das lutas sociais".

⁶ Empates eram ações de resistência não violenta utilizadas principalmente pelos seringueiros da Amazônia brasileira para proteger áreas de floresta contra o desmatamento. Popularizados pelo líder seringueiro Chico Mendes nas décadas de 1970 e 1980, os empates envolvem barreiras humanas formadas por seringueiros e suas famílias para impedir a passagem de equipamentos de desmatamento (Façanha 2022).

Os maretórios do litoral do Pará e as mulheres extrativistas costeiras e marinhas

Neste artigo, fazemos uso do termo “maretório”, como uma forma de referenciar as áreas reivindicadas pelos povos tradicionais extrativistas costeiras e marinhas e instituídas como Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (RESEX MAR). É importante ressaltarmos que as RESEX MAR não possuem um conceito próprio. Na Lei 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), consta uma definição para RESEX no modelo original, que teve sua origem na luta dos seringueiros no estado do Acre⁷. Nessa definição, as RESEX são caracterizadas como uma das categorias de Unidade de Conservação de Uso Sustentável (Brasil 2000). Trata-se uma área de domínio público, concedida às populações tradicionais, cuja subsistência é baseada no extrativismo, além de atividades complementares, como a agricultura familiar e a criação de animais de pequeno porte, através de um Contrato de Concessão Real de Direito de Uso (CCDRU) (Brasil 2000). O objetivo fundamental das RESEX é proteger os meios de vida e a cultura desses grupos sociais, garantindo o uso sustentável dos recursos comuns. Além do CCDRU, o SNUC também prevê outros instrumentos de cogestão dessas áreas, como por exemplo, o Conselho Deliberativo e os Plano de Manejos.

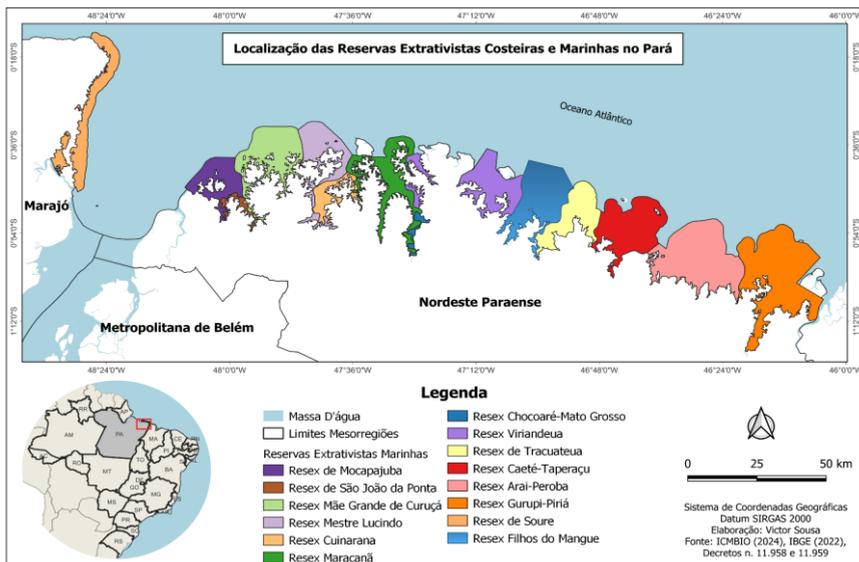
As RESEX MAR se diferenciam de outros modelos de RESEX por incluir áreas que englobam tanto ambientes terrestres quanto marinhos, além de ecossistemas de transição como os manguezais (Sousa, Araos, e Alencar 2023). As lideranças dos povos tradicionais extrativistas costeiras e marinhas têm mobilizado o conceito de “maretório” em seus discursos, para sublinhar a importância de uma abordagem integrada que combine o espaço marinho com o de terra firme. Embora à primeira vista essa perspectiva parece focar principalmente no ambiente marinho, no contexto dos

⁷ Para uma melhor compreensão sobre o histórico de lutas e resistências sociais empreendidas pelo movimentos dos seringueiros do estado do Acre, que resultou na criação da primeira RESEX no território brasileiro, consultar os trabalhos de Allegretti (1994), Almeida (2004), Gonçalves (2001), entre outros.

"maretórios" do litoral do Pará, as formas de uso, apropriação e interação com a natureza vão além dos limites dos ecossistemas costeiros e marinhos (Sousa, França, e Araos 2024). De acordo com os autores a autora, essa dinâmica "avança e se entrelaça na atmosfera de terra firme, impulsionada pela movimentação para venda, troca e compartilhamento dos pescados, caranguejos e mariscos, fundamentais para a reprodução social e econômica dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos" (Sousa, França e Araos 2024, 74).

O estado do Pará, um dos sete estados que compõem a região amazônica brasileira, desempenha um papel significativo no contexto das RESEX MAR decretadas ao longo do litoral do Brasil. Das 34 RESEX MAR instituídas, 14 estão localizadas no litoral do Pará, cobrindo uma área de mais de 300 mil hectares (ICMBio 2024b). No momento, há 14 RESEX MAR (Figura 1) instituídas no litoral paraense.

Figura 1. Localização das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas do Pará



Fonte: ICMBio (2024), IBGE (2022) e Brasil (2024a; 2024b).

Essas 14 RESEX MAR abrigam e protegem uma diversidade de ecossistemas costeiros e marinhos, de grande relevância socioambiental, incluindo áreas marinhas abertas, manguezais, dunas, praias estuarinas, redes de canais, furos, restingas, igarapés, várzeas, campos alagados, apicuns e também áreas de terra firme (Sousa, França, e Araos 2024). Esses ambientes estão em constantes modificações devido às influências das marés, ventos e correntes.

Na região costeira da Amazônia paraense, o ecossistema de manguezais se estende ao longo das costas dos estados do Amapá, Maranhão e Pará, cobrindo mais de 1 milhão de hectares (ICMBio,2018). Os estados do Pará e Maranhão compartilham uma extensão contínua de manguezais, abrangendo aproximadamente 900 mil hectares ICMBio (2018). Esses dados ressaltam a importância da Costa Norte na proteção dos manguezais, especialmente as RESEXs MAR na costa paraense.

Os manguezais ao longo da costa do Pará são atravessados por rios e canais de águas calmas, desempenhando um papel ecológico fundamental, principalmente devido à sua notável capacidade de absorver CO₂, contribuindo consideravelmente para mitigar as mudanças climáticas (ICMBio 2024a). Essas áreas também servem como refúgio e berçário para diversas espécies, incluindo mamíferos, crustáceos, peixes, moluscos e aves. Além disso, estudos realizados na região demonstram que os manguezais são cruciais para reprodução cultural, política e econômica das comunidades locais (Alves 2017; França 2022; Moreira 2017; Oliveira 2015; Oliveira e Maneschy 2014; Oliveira e Henrique 2018, entre outros).

De acordo com estimativas da CONFREM, as RESEX MAR ao longo do litoral do Pará abrigam mais de 20 mil famílias de extrativistas costeiros e marinhos. Essas famílias residem em comunidades localizadas tanto dentro das áreas delimitadas como unidades de conservação, quanto em seus entornos. O uso da expressão "extrativistas costeiros e marinhos", se refere ao termo "povos

tradicionais extrativistas costeiros e marinhos", presente no nome da CONFREM e mobilizado no discurso de lideranças (Sousa, França e Araos, 2024). Podemos compreendê-lo como uma categoria política "guarda-chuva" que reúne outras categorias sociais dedicadas à coleta, extração e aproveitamento sustentável dos recursos naturais renováveis das áreas costeiras e marinhas, incluindo pescadores(as) artesanais, marisqueiras, caranguejeiros(as), pequenos(as) agricultores(as), apicultores(as), artesãos(ãs), e outros(as) profissionais que dependem diretamente dos ecossistemas dessas regiões para sua subsistência e cultura (Sousa 2022). No contexto deste estudo, é importante ressaltar que, embora invisibilizadas, as mulheres também compõem essa categoria política.

De acordo com dados do Ministério da Pesca e Aquicultura, há uma participação significativa de mulheres na pesca artesanal no Brasil. No estado do Pará, por exemplo, há 100.705 mulheres envolvidas na pesca artesanal, representando 46,73% dos registros de pescadores artesanais (MPA, 2024). Esse dado reflete a importância das mulheres no setor e a necessidade de políticas públicas que reconheçam e apoiem suas contribuições.

A partir de relatos compartilhados por essas mulheres, é importante ressaltar que, além de suas atividades produtivas, há também as tarefas da esfera reprodutiva, pois são mães, irmãs, avós e tias, sendo muitas vezes as responsáveis pelo cuidado de seus lares e familiares. A dupla jornada de trabalho, que inclui tanto as responsabilidades domésticas quanto as econômicas, muitas vezes não é reconhecida formalmente, resultando em um trabalho invisibilizado e de menor valor social.

Apesar dos desafios, muitas dessas mulheres assumem papéis de liderança, atuando não apenas localmente, mas também em esferas nacionais e internacionais. Exemplos incluem a participação delas na Secretaria Nacional de Mulheres da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhas (CONFREM) e na Rede de Mulheres das Marés e das Águas do

Litoral do Pará. Essa atuação amplia sua carga de trabalho e exige habilidades para conciliar as responsabilidades domésticas e comunitárias com as demandas de representatividade e em espaços mais amplos de participação sociopolítica.

A origem de um conceito e a emergência de sujeitas epistêmicas

No ano de 2008, mulheres lideranças comunitárias de diferentes RESEX MAR do litoral do Pará estavam reunidas em uma oficina promovida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), na RESEX MAR de São João da Ponta. Durante o evento, as mulheres participaram de uma roda de conversa dentro de uma oficina sobre a relação delas com as marés. Uma interlocutora, ao recordar esse evento, nós compartilhamos que a conversa abordou diversos temas, como a dinâmica das marés, vazante, enchente e preamar; o ciclo da lua; o alimento proveniente das marés; a influência das marés sobre seu corpo, sobre seu labor, entre outros. Nas suas palavras:

O maretório surge, quando a gente estava falando de maré: cheias, vazantes, preamar, altas, baixas, lanços e mortas; qual melhor lenha para fazer brasa; como os nossos corpos reagem de acordo com a hora da maré [...] se estabelecendo todo um debate relacionado ao movimento da natureza da maré. E quando fizemos referência ao território, uma senhora, uma sábia na verdade, perguntou: mas é território ou mar? vocês ficam falando de maré e chamam território (Trecho de entrevista com Célia Neves, liderança da CONFREM e da Rede de Mulheres do litoral do Pará, realizada em Curuçá-PA, Brasil, 2022).

Essa indagação presente no final do trecho, aparentemente simples levou aquelas mulheres extrativistas costeiras e marinhas e os técnicos e ambientalistas do ICMBio a refletirem juntos sobre a necessidade de se reconhecerem nas especificidades e particularidades do modo de vida dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos do litoral do Pará. Nossa interlocutora destacou que nesse espaço se gestou um diálogo de saberes, envolvendo a experiência e o conhecimento tradicional

e ancestral das mulheres extrativistas costeiras e marinhas e o conhecimento técnico de ambientalistas e pesquisadores (as). Desse diálogo surgiu a ideia de unir as palavras “maré” e “território”, dando origem ao termo “maretório”.

Este episódio demonstra a construção de alianças que valorizam saberes locais e tradicionais, resultando em diagnósticos que divergem dos discursos dominantes. Essa dinâmica configura um giro ecoterritorial (Svampa 2019), caracterizado por uma epistemologia desde abaixo (Harding, 1993) que valoriza o conhecimento situado (Haraway 1995; Pérez 2017) dessas mulheres, colocando em destaque a relação entre conhecimento e política.

Entendemos que, o conceito de “maretório” representa a interseção entre o conhecimento tradicional das mulheres e a relação que elas têm com a natureza e os recursos dos ambientes e ecossistemas costeiros e marinhos do litoral da Amazônia paraense. Este conhecimento envolve a compreensão das dinâmicas das marés, o ciclo da lua, o comportamento da vida nos manguezais, a observação dos ciclos naturais como indicadores, a percepção através dos sentidos das mudanças do clima e paisagens, entre outros. Toda essa sabedoria, segundo uma interlocutora, é acumulada ancestralmente e ganha forma no conceito de “maretório”, e se torna assim, uma forma de reconhecer e valorizar os conhecimentos dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos:

(...) O maretório para nós é toda essa vivência dessa universalidade das transformações, da produção, dá a seguridade, especialmente da seguridade alimentar. De como você se manifesta, de como você usa, de como você lava a sua roupa, que você pesca. Nós temos todas essas questões. Nós temos a cultura do imbiara⁸, e temos a cultura da panema⁹. E isso tudo organizado por dentro de toda uma

⁸ Refere-se aos produtos da pesca que são trazidos e compartilhados com vizinhos e familiares, além de serem comercializados.

⁹ Consiste na falta de sorte, azar, infelicidade.

ancestralidade, que a gente vem passando de mães para filhas (Trecho de entrevista com Célia Neves, liderança da CONFREM e da Rede de Mulheres do litoral do Pará, realizada em Curuçá-PA, Brasil, 2022).

É importante destacar que o conceito de “maretório” não apenas representa a união das palavras “maré” e “território”, mas também evidencia como a cultura e natureza se entrelaçam na vida dessas mulheres e de suas famílias. Com base em conversas com elas é possível notar que, suas experiências e observações da natureza ao longo de gerações são a base que permitem a construção de um conhecimento singular que engloba desde a escolha do momento adequado para pescar, a compreensão do comportamento das plantas e animais que habitam a região, até mesmo no cotidiano das famílias, como a preparação de alimento e a forma ideal para lavar roupas que foram usadas para ir ao mangue. Embora muitas vezes invisibilizadas, as mulheres são protagonistas na rede de sociabilidades que constroem o maretório:

(...) São muito mais das mulheres que estão relacionadas com os saberes, com os fazeres, com as rezas, como você escolhe a melhor lenha para fazer uma brasa, para muquiar¹⁰ melhor o peixe. Então tudo isso é maretório nas nossas vidas. Como é que você partilha com seu vizinho, com seu parente da frente. Como é que você faz os rezos no momento da dor, da noite, da solidariedade (Trecho de entrevista com Célia Neves, liderança da CONFREM e da Rede de Mulheres do litoral do Pará, realizada em Curuçá-PA, Brasil, 2022).

Essa experiência também se conecta à discussão apresentada por Cabnal (2010). Assim como as mulheres indígenas feministas comunitárias de Bolívia e Guatemala, argumentamos que as mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral do Pará se constituem em sujeitas epistêmicas ao exercerem um protagonismo na construção do termo “maretório” a partir de suas

¹⁰ Trata-se do método tradicional de preparar e conservar peixe, assando-o lentamente sobre brasas de madeira, envolto em folhas largas, como folhas de bananeira.

vivências e de suas relações com os ambientes e ecossistemas costeiros e marinhos. Somado a isso, o ato de nomear o espaço onde vivem e trabalham como "maretório" tem um profundo significado político e identitário. Com ressaltado anteriormente, nomear é uma forma de apropriação e empoderamento, similar ao uso do termo "Abya Yala" pelos povos indígenas para se referir ao continente americano (Gonçalves 2009). Nesse sentido, dar nome ao espaço não é apenas um ato de reconhecimento, mas também de reivindicação e autodeterminação.

A feminização das lutas no litoral da Amazônia paraense: o protagonismo das mulheres nas mobilizações demandando a criação de resex mar no litoral do Pará

O objetivo desta seção é demonstrar que, embora frequentemente invisibilizadas pela literatura, as mulheres extrativistas costeiras e marinhas protagonizaram ações, mobilizações sociais e estratégias de resistência pelo reconhecimento de direitos socioambientais e em defesa de seu modo de vida tradicional e de seus maretórios. Essas ações resultaram na criação de RESEX MAR no litoral do Pará. Para ilustrar isso, apresentamos dois exemplos: o Clube de Mães no município de Bragança e a Associação de Mulheres Pescadoras de Cachoeira no município de São Caetano de Odivelas, que tiveram um papel importante nas mobilizações que resultaram na criação da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu em Bragança e da RESEX Marinha Mocapajuba em São Caetano de Odivelas¹¹.

¹¹É importante destacar que o objetivo desta seção não é apresentar um histórico das mobilizações políticas que resultaram na criação dessas RESEX MAR. O contexto envolvendo a criação dessas RESEX MAR incluíram diversos atores e organizações sociais. Nosso objetivo aqui é fornecer elementos que permitam argumentar sobre o protagonismo das mulheres nesse processo. Para uma compreensão mais detalhada das mobilizações que resultaram na criação dessas RESEX, recomendamos consultar os trabalhos Sousa (2019) e Sousa e Ribeiro (2021) sobre a RESEX Mar de Caeté-Taperaçu, e de Santos (2016) e Cardoso e Gomes (2021) sobre a RESEX Mar de Mocapajuba. Estes trabalhos foram utilizados na construção desta seção.

A partir da análise de estudos anteriores sobre o tema, é possível identificar um conjunto de exemplos de práticas, ações políticas e iniciativas que podem vir a caracterizar, no contexto do litoral do Pará, o fenômeno “*ocean grabbing*”¹². Esse conceito é utilizado para ilustrar o processo em que atores e organizações de grande poder político e econômico, como empresas transnacionais, governos e ONGs, apropriam-se dos recursos naturais costeiros e marinhos sem considerar a consulta das comunidades locais que dependem deles para a reprodução do seu modo de vida tradicional (Bennet, Govan, e Satterfield 2015).

No contexto do litoral paraense, observamos que essas práticas, ações políticas e iniciativas têm início a partir da década de 1970 (Sousa, Araos e Alencar 2023). Dentre os exemplos identificados, incluem: conflitos fundiários, grilagem, impactos de grandes obras (como rodovias e portos), diminuição dos estoques pesqueiros, aumento do esforço de pesca, migração de grupos de pescadores, degradação de bacias hidrográficas, crescimento populacional, urbanização, degradação dos manguezais, exploração madeireira, desmatamento, aumento no número trabalhadores, práticas predatórias, monocultura, turismo, entre outros (Batista 2010; Batista e Simonian 2013; Cardoso et al. 2018; Cardoso e Gomes 2021; Costa 2014; De Lucca 2018; Ferreira 2004; Ferreira 2018; Marçal 2019; Moreira 2017; Santos 2016; Sousa 2019; Sousa e Ribeiro 2021; entre outros).

Essas práticas, ações políticas e iniciativas configuraram um cenário propício à emergência de conflitos socioambientais, especialmente aqueles relacionados ao acesso e controle dos recursos naturais costeiros e marinhos (Sousa, Araos e Alencar, 2023). Em resposta, pescadores (as) artesanais, extrativistas, marisqueiras, e outros grupos, com o apoio de diversos atores e

¹² Sousa, Araos e Alencar (2023) em seu estudo buscam apresentar uma análise, a partir de revisão bibliográfica, em torno dos processos de mobilizações sociais que resultaram na criação de RESEX MAR no litoral do Pará. Neste estudo, os autores identificaram um conjunto de exemplos de práticas, ações políticas e iniciativas que podem vir a caracterizar, no contexto do litoral do Pará, o fenômeno “*ocean grabbing*”.

movimentos sociais, passaram a protagonizar ações, mobilizações sociais e estratégias de resistência com objetivo de reivindicar do seu direito de permanecer nesses territórios e defender suas formas de vida tradicionais.

Esses conflitos socioambientais deram origem à formação de organizações locais e comunitárias que representavam os interesses dos extrativistas costeiros e marinhos do litoral do Pará, e de suas famílias. É importante ressaltarmos que essas organizações não surgiram a priori, demandando a criação de RESEXs MAR na região, mas desempenharam papel essencial durante o processo de mobilização local. Neste contexto destacamos as ações de grupos de mulheres extrativistas costeiras e marinhas nesses processos, embora pouco mencionado nos estudos. A seguir apresentamos dois exemplos.

O primeiro exemplo se caracteriza pela criação de um Clube de Mães no município de Bragança. A partir da década de 1970, a região começou a enfrentar conflitos socioambientais devido aos impactos de empreendimentos públicos e privados, como a construção de estradas e rodovias, como a PA-458, a instalação de empresas de pesca industrial e desenvolvimento de empreendimentos hoteleiros (Costa 2012; Costa 2014; Oliveira 2016; Sousa 2019; Sousa e Ribeiro 2021; entre outros).

A construção da PA-458, financiada pelo governo estadual, visava melhorar o acesso do centro de Bragança à praia de Ajuruteua, estimulando o turismo e facilitando o acesso aos manguezais para os coletores de caranguejos (Oliveira e Maneschy 2014; Oliveira e Henrique 2018). Iniciado na década de 1970 e finalizado quase uma década depois, o projeto resultou no aterro de cerca de 26km de florestas de manguezais, resultando em profundas alterações na sociobiodiversidade das proximidades (Oliveira e Maneschy 2014). A facilidade de acesso levou ao aumento do número de coletores de caranguejos, intensificando a disputa pelos recursos do rio Caeté e de seus mangues. A migração dos caranguejos para locais mais afastados aumentou o esforço necessário para sua captura (Oliveira 2016).

A construção da rodovia e outros empreendimentos, citados anteriormente, estimularam práticas predatórias, impactando a subsistência das famílias de extrativistas costeiros e marinhos em Bragança (Sousa, 2019). Esse cenário fomentou a emergência de organizações e mobilizações sociais, incluindo a criação do Clube de Mães na década de 1990. Fundado por mulheres extrativistas das comunidades de Acarajó e Bacuriteua, com o apoio de uma funcionária da EMATER-PA, o Clube de Mães inicialmente visava a geração de renda através de cursos de capacitação, como fabricação de doces e bolos, pinturas em tecidos e confecção de redes (Costa 2014; Sousa 2019; Sousa e Ribeiro 2021). Esses cursos proporcionaram uma fonte de renda adicional para as famílias e promoviam a autonomia econômica das mulheres.

Além disso, a organização buscava enfrentar problemas sociais, como o aumento do alcoolismo entre os homens, que frequentemente comprometia o sustento dos lares (Sousa, 2019). Aos poucos, o Clube de Mães transformou-se em um instrumento de luta por direitos sociais, como a construção de uma creche e uma escola de ensino fundamental nas proximidades das comunidades, permitindo que as mulheres deixassem seus filhos em segurança enquanto trabalhavam (Sousa 2019; Sousa e Ribeiro 2021). Posteriormente, o Clube de Mães ampliou sua atuação, incluindo a participação de jovens e companheiros das mulheres, e passou a se envolver em ações socioambientais para a proteção dos manguezais (Sousa 2019; Sousa e Ribeiro 2021).

Embora o Clube de Mães não tenha surgido com o objetivo de demandar a criação de uma área protegida, como a RESEX MAR, a organização desempenhou um papel fundamental nas mobilizações sociais que levaram à criação da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu em 2005 (Sousa e Ribeiro 2021). Através de suas lideranças, o Clube de Mães estabeleceu alianças com atores locais e extra-locais, como acadêmicos, pesquisadores e técnicos de órgãos governamentais, o que proporcionou a elaboração de laudos biológicos e socioeconômicos para evidenciar os riscos socioambientais enfrentados pela região (Sousa 2019; Sousa e

Ribeiro 2021). Exemplos incluem, parcerias com Universidades Federal do Pará (UFPA), EMATER-PA, Grupo de Pesquisa Alemão *Mangrove Dynamics and Management* (MADAM), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), entre outros (Sousa e Ribeiro 2021).

Essas alianças também facilitaram a participação sociopolítica, oferecendo recursos humanos e verbas para eventos, seminários e encontros, onde o tema da criação da RESEX MAR surgiu como uma alternativa para os conflitos socioambientais na região. O Clube de Mães desempenhou um papel crucial na sensibilização das famílias de extrativistas costeiros e marinhos, mobilizando-as para apoiar a criação da RESEX MAR no município.

Essa experiência compartilha elementos semelhantes ao contexto envolvendo a criação da RESEX MAR de Mocapajuba, nosso segundo exemplo. Embora tenha sido decretada somente em 2014, o processo de mobilizações sociais demandando a criação de uma RESEX MAR no município, teve início no final dos anos 1990, quando as lideranças da Associação de Mulheres Pescadoras de Cachoeira protocolaram o pedido de solicitação de criação de uma RESEX MAR na região.

A criação da Associação de Mulheres da Pesca de Cachoeira ocorreu em 1997. Essa iniciativa foi influenciada por um projeto de pesquisa e extensão coordenado por professoras e pesquisadoras da UFPA e do Museu Paraense Emílio Goeldi, que desenvolviam estudos na região desde meados da década de 1990 (Cardoso e Gomes 2021). A partir das ações do projeto, as pesquisadoras ajudaram as mulheres a valorizar seu trabalho na pesca e a perceber a importância de se organizarem formalmente para lutar por seus direitos e pelo reconhecimento de suas atividades (Cardoso e Gomes 2021).

Para Santos (2016) entender o papel desempenhado pela Associação de Mulheres da Pesca de Cachoeira é de suma importância para a compreensão do processo de criação da RESEX MAR de Mocapajuba. De acordo com a autora, em 1996,

essas mulheres demandaram à Câmara de Vereadores e à Prefeitura Municipal a proposta de criação de uma RESEX MAR no município, atrelada a reivindicações relacionadas à preocupação com a manutenção dos rios e manguezais, além da geração de renda, aquisição de benefícios e direitos previdenciários. Segundo Cardoso e Gomes (2021), a proposta foi impulsionada pela participação dessas mulheres em eventos nacionais e estaduais, onde estavam presentes lideranças de RESEXs e de movimentos sociais de pescadores.

No entanto, o pedido não foi levado adiante, em função da associação não ter conseguido o apoio de vereadores e do prefeito da época (Cardoso e Gomes 2021; Santos 2016). Somado a isso, as mulheres das associações tiveram que enfrentar entraves imposta pela Colônia de Pescadores Z-04, uma vez que a entidade não as reconhecia enquanto profissionais da pesca (Cardoso e Gomes 2021).

Uma segunda tentativa de levar adiante o processo, entre os anos de 2004 e 2005, agora sobre a direção Colônia de Pescadores Z-04, sob a influência da Associação de Mulheres da Pesca de Cachoeira através de uma de suas lideranças, que atuava na colônia como secretária (Cardoso e Gomes 2021; Santos 2016). A mobilização também contou com o apoio de articulações nacionais e estaduais como o Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE) e o Movimento Nacional dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA) (Cardoso e Gomes 2021; Santos 2016).

As lideranças da Colônia de Pescadores Z-04 e da Associação de Mulheres da Pesca de Cachoeira mobilizaram as comunidades e organizaram palestras e oficinas para falar sobre a importância de uma RESEX MAR no município, e utilizaram essa oportunidade para coletar assinaturas das famílias de extrativistas costeiros e marinho em apoio ao pedido de solicitação de criação da RESEX MAR (Cardoso e Gomes 2021; Santos 2016).

Essa participação ativa das mulheres extrativistas costeiras e marinhas conecta-se à ideia de "feminização das lutas sociais", apresentado por

Svampa (2015). Segundo a autora, na América Latina, as mulheres, especialmente aquelas dos setores populares e médios, têm tido um protagonismo cada vez maior nas lutas sociais e na auto organização coletiva. Elas assumem a defesa da vida e do território –e nesse caso do “maretório”–, e muitas vezes se tornam ambientalistas por necessidade, em um processo comparado ao de “ambientalização das lutas sociais”. O envolvimento das mulheres nesses processos de mobilização evidencia sua capacidade de liderança e articulação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Diante do exposto também podemos notar que a resistência e ação coletiva das mulheres extrativistas costeiras e marinhas proporciona a construção de uma redefinição de feminismo na América Latina tal como proposto por Federici e Valio (2020). As autoras destacam que as mulheres ao lutarem contra o capitalismo, o patriarcalismo e a destruição ambiental estão forjando um movimento que valoriza a ação coletiva e a solidariedade social. Pois essas mulheres, ao defenderem seus maretórios, mobilizam os conhecimentos que possuem sobre o local e suas experiências de vida para apontar como as violências sofridas e o desrespeito aos direitos afetam sobretudo as mulheres, principais responsáveis pela reprodução da vida social.

A organização sociopolítica das mulheres extrativistas costeiras e marinhas e o enredamento do conceito de maretório

O objetivo desta seção é apresentar evidências da participação das mulheres extrativistas costeiras e marinhas na cogestão das RESEX MAR, demonstrando sua busca por influenciar os processos decisórios e reivindicar políticas públicas que reconheçam suas especificidades e a dos demais povos tradicionais costeiros e marinhos. Nesse contexto, o termo “maretório”, assim como “mulheres extrativistas costeiras e marinhas” emergem como uma estratégia fundamental para a construção de uma identidade coletiva, valorização dos conhecimentos tradicionais e mobilização em prol de transformações sociais e políticas.

A criação das RESEX MAR no litoral do Pará não resultou no fim das lutas por direitos socioambientais dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos, sobretudo para as mulheres. Apesar do envolvimento nos processos de mobilização para a criação das RESEX MAR, diversas desigualdades persistem no cotidiano. Não é raro encontrar testemunhos das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para participar nos espaços de poder e decisão das Unidades, como o Conselho Deliberativo e a Associação Mães, bem como em entidades representativas, como as Colônias de Pescadores e a CONFREM.

No que se refere a CONFREM, ela representa um marco importante para a categoria. Essa entidade foi estabelecida em 2008 e formalizada em 2015 com a aprovação de seu estatuto, com o objetivo representar os interesses dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos em âmbito nacional, com projeção internacional (Sousa 2022). No contexto desse estudo, é importante ressaltarmos que a intervenção de uma mulher extrativista costeira e marinha durante uma reunião em Brasília, em 2008, marcou o início do processo que levou à criação da CONFREM. Durante essa reunião, representantes de diversos modelos de RESEX estavam presentes, e a intervenção apontou que as pautas das RESEX MAR estavam sendo inviabilizadas pela predominância de outras vozes (Sousa, 2022).

O processo em torno da formalização e institucionalização da CONFREM abriu canais de participação sociopolítica, permitindo que os extrativistas costeiros e marinhos tivessem voz e representatividade (Sousa 2022). Isso também permitiu que lideranças de diferentes estados trocassem experiências, tendo um efeito significativo nas mulheres extrativistas costeiras e marinhas. Como afirmou uma de nossas interlocutoras: *"(...) como liderança mulher, começamos a sentir na pele o machismo. Queríamos ter dentro da CONFREM a nossa voz: mulher pesqueira, marisqueira, extrativista, coletora. E assim montamos a comissão das mulheres"* (Trecho de entrevista com Marly Silva, liderança da CONFREM e da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará, realizada em Bragança-PA, Brasil, 2022). A comissão

referida é a Secretaria Nacional das Mulheres da CONFREM, que consiste em um espaço institucionalizado dentro da CONFREM voltado para garantir que as questões e demandas das mulheres extrativistas costeiras e marinhas sejam ouvidas e tratadas com a devida importância.

A partir da análise documental, foi possível identificar alguns efeitos dessa Secretaria a nível local, especificamente no contexto do litoral do Pará. Na leitura da ata de uma reunião do Conselho Deliberativo da RESEX MAR de Caeté-Taperaçu que tinha como pauta definir o perfil de beneficiários da RESEX MAR observamos a atuação de uma mulher extrativista representando a CONFREM, como conselheira. Ela sugeriu a inclusão das mulheres que fazem apetrechos para caranguejeiros no perfil de beneficiários, proposta que foi rejeitada por alguns membros presentes. No entanto, o Plano de Manejo da RESEX MAR de Caeté-Taperaçu inclui a seguinte observação após a lista de beneficiários:

“Destaca-se que as atividades listadas acima são realizadas por homens e mulheres, mesmo para atividades consideradas ‘como ajuda’, subsistência ou temporária/sazonal, que tenham origem extrativista na área da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, enquadram-se neste Perfil de Beneficiário” (Abdala, Saraiva, e Wesley 2012, 29, grifo nosso).

Através do depoimento de uma de nossas interlocutoras, foi possível identificar também um efeito significativo da CONFREM em âmbito nacional. Uma mulher extrativista costeira e marinha, atuando como liderança da CONFREM, engajou-se em debates sobre políticas nacionais de saúde voltadas à população do campo (Brasil 2011) . Durante esses debates, ela argumentou sobre a necessidade de reconhecer explicitamente os povos das águas nessas políticas: “(...) *para nós [extrativistas costeiros e marinhos], o campo tem três pilares principais, porque está de acordo com o ambiente que ocupamos: o campo, a floresta e a água*” (Trecho de entrevista com Célia Neves, liderança da CONFREM e da Rede de Mulheres do litoral do Pará, realizada em Curuçá-PA, Brasil, 2022). Esse esforço resultou em uma conquista importante: a inclusão dos povos das águas no nome da política. Isso foi

formalizado pela Portaria Nº 2.311, de outubro de 2014 que altera a portaria de 2011 e institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e das Florestas e das Águas (Brasil 2014).

As mulheres extrativistas costeiras e marinhas vem somando os esforços da Secretária Nacional de Mulheres da CONFREM, na luta pelo reconhecimento de seus direitos específicos através da criação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará, que atualmente é objeto de pesquisa de uma das autora deste artigo em seu projeto de doutorado (Moreira 2024). De acordo com a autora, através dessa rede, lançada em um evento em Bragança-PA em 2021, as mulheres extrativistas costeiras e marinhas vêm encontrando meios de engajar-se e criar canais de participação sociopolítica, por meio dos quais podem expor suas demandas a representantes da sociedade civil e do Estado. Isso pode ser ilustrado no discurso de uma das lideranças da rede, durante o Encontro de Mulheres em Redes que ocorreu em 2023 no Acampamento de Marilândia, localizado no município de Maracanã:

(...) nós mulheres, que temos nossos direitos silenciados pelo machismo na pesca, pela discriminação social com as ferramentas que nós temos nos espaços no INSS. Se tu fores de batom, de unha pintada, não é reconhecida como pescadora, e ainda te olham assim: tu pescadora? de que mesmo? O sistema nos coloca um rótulo. Para você acessar qualquer política pública dentro da previdência social. Ou você tem que ir com a escama do peixe na costa igual uma sereia ou com a lama do mangue nas costas (...) O marido chega, ele traz o peixe, ela o beneficia, o salga, ela vende, ela congela, mas ela nunca aparece como a trabalhadora, ela é ajudante. Isso serve para nós, nós precisamos nos reconhecer como trabalhadoras, nós não somos só ajudantes. (Fragmento do discurso de Marly Silva, liderança da CONFREM e da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará, registrado no diário de campo durante a participação no Encontro de Mulheres em Redes, realizado em Maracanã-PA, Brasil, em 2023).

Durante a participação neste evento, também foi possível identificar outra pauta relevante defendida por essas mulheres: a implementação de uma educação diferenciada, materializada na concepção de uma “Escola das Águas” ou “Escola do Tempo-Maré”. De acordo com uma de nossas interlocutoras, trata-se de uma proposta de modelo educacional que tenha em suas diretrizes o respeito aos ciclos produtivos e as necessidades dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos. Esta demanda está intrinsecamente ligada a uma abordagem pedagógica específica, denominada por essas lideranças de “Pedagogia da Maré”, a qual valoriza os saberes tradicionais e reconhece a fundamental contribuição das mulheres extrativistas costeiras e marinhas:

Não dá mais para se trabalhar dessa forma. Os relatos inúmeros que nós temos do Amapá até o litoral de Santa Catarina de quanto a mulher está na invisibilidade. Trabalhar a pedagogia da alternância, dentro das escolas das marés, significa que nós vamos ter tempo de fazer um diagnóstico com as mulheres no tempo em que ela está em casa, fazendo o trabalho não na escola. E a gente quer escola de tempo integral, para que possa atender as necessidades das mães de filhos que não tempo de ir para a escola, que não tem tempo de trabalhar porque tem que fazer os afazeres de casa” (Fragmento do discurso de Marly Silva, liderança da CONFREM e da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará, registrado no diário de campo durante a participação no Encontro de Mulheres em Redes, realizado em Maracanã-PA, Brasil, em 2023).

Podemos perceber os princípios abordados acima na prática das mulheres extrativistas costeiras e marinhas, principalmente daquelas que compõem a Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará, pois estas elaboram estratégias de sobrevivência, participação e luta social, como as rodas de conversa:

Nas rodas de conversa as mulheres falaram sobre autonomia e empoderamento femininos, sobre o aumento da violência contra mulheres e sobre feminicídio. Em roda, as mulheres compartilharam as suas dores em relação às formas de violência

sofridas por elas: física, sexual, simbólica, psicológica, racial, financeira, laboral, de perda de direitos. Também falaram das suas vidas, dos seus sonhos, da possibilidade de atuarem juntas, em rede (Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará 2021).

Antes de chegar neste espaço de solidariedade e mobilização articulado por meio da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará, as lideranças estavam presentes nas lutas e mobilizações pela criação das RESEX MAR, sempre trazendo para o debate as vulnerabilidades, violências e pressões sofridas pelas mulheres nos territórios e apontando como a degradação desse ambiente traz consequências específicas e que pioram de maneira diferente a qualidade de vida na comunidade, mas sobretudo das mulheres.

De acordo com Pérez (2017) a construção de uma "epistemologia desde abaixo", enfrenta desafios significativos, mas também oferece potencialidades transformadoras. A autora argumenta que a participação e reflexão das mulheres em torno da natureza podem enriquecer a ecologia política, tornando-a mais permeável aos feminismos e às teorias decoloniais, uma vez que este enfoque visa a construção de um conhecimento que não apenas crítica, mas também propõe alternativas às estruturas dominantes de poder e conhecimento. Como podemos observar nos trechos da Carta das Mulheres das Marés e das Águas dos manguezais amazônicos contra resolução no 500 de 2020 que revogou três resoluções do Conselho nacional do meio ambiente (CONAMA), no governo anterior.

Nesse importante ecossistema a pesca é uma das atividades extrativistas mais tradicionais e importantes da costa amazônica brasileira, garantindo ocupação, renda, principalmente para as mulheres, direito ao trabalho e segurança alimentar para boa parte da população nesta região.

É nos manguezais amazônicos, lugar de VIDA, que produzem, se reproduzem socialmente, as mulheres das marés e das águas dos manguezais amazônicos, responsáveis na maioria

das famílias pela segurança alimentar de suas famílias e de grande parcela da sociedade da costa amazônica, que se alimenta de mariscos, peixes, crustáceos e outros.

Isto posto, nós Mulheres das Marés e das Águas; e todas as instituições que caminham junt@s conosco, reafirmamos nossa CONTRARIEDADE às improbidades nefastas do Governo Bolsonaro, bem como CONCLAMAMOS ao país, a América Latina, ao Mundo por JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL, nas vozes das MULHERES e de Todos os Movimentos Sociais, Instituições de Classes o reconhecimento do DIREITO DA NATUREZA!! (Mulheres das Marés e das Águas dos Manguezais Amazônicos 2020).

A carta revela reivindicações das mulheres enraizadas em seus cotidianos. Mas, além disso, denuncia uma crise ambiental e civilizatória. Na qual em sua essência, está a relação entre sociedade e natureza, mediada pela produção capitalista, que altera as relações sociais e de poder. As mulheres não apenas criticam o modelo de desenvolvimento vigente, mas também propõem estratégias e alternativas para um futuro mais justo e sustentável.

Na análise dos dados coletados para este estudo, identificamos que o termo "maretório" começou a ser utilizado e disseminado pelas lideranças da CONFREM, especialmente pelas mulheres, em diferentes eventos, encontros e congressos nacionais e internacionais. Esse termo, junto ao de "mulheres extrativistas costeiras e marinhas", passou a ganhar significado ao ser associado à luta por políticas públicas que considerassem as particularidades e necessidades dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos. O documento referente à Marcha das Margaridas de 2015 ilustra a utilização dos termos para a reivindicação de direitos e políticas públicas:

"Somos **Mulheres Extrativistas Costeiras Marinhas**, Marisqueiras, Caranguejeiras, Camaroeiras, Pescadoras Artesanais, Caiçaras, Pantaneiras, Retireiras, Parteiras, Benzedeadas, Ribeirinhas e Agricultoras Familiares, muitas, sem-terra e migrantes para estes ambientes úmidos. Nós, estamos

nas áreas de entre marés, insulares, várzeas, pântanos, alagados, margens de rios, lagos e igarapés e conservamos nestes locais um jeito próprio de viver e manter nossos princípios ancestrais, criando, recriando e repassando de geração a geração nossa cultura material e imaterial de identidade pessoal, de gênero, raça e profissão.

Estamos nesta luta, pela necessidade de dar visibilidade às nossas demandas, especialmente pelo avanço de nosso reconhecimento e para garantir a sustentabilidade permanentemente do desenvolvimento psicossocial em nossos **maretórios** e territórios. Lutamos por políticas públicas condizentes com a nossa realidade aquática, que respeite o modo como nos enxergamos como parte do campesinato que, no nosso entendimento, está estruturado em três grandes pilares ambientais: o Campo, as Águas e a Floresta, que são os locais onde comumente se estabelecem suas relações de vida, trabalhos produtivos e mercado" (CONTAG 2015, grifo nosso).

Outro exemplo diz respeito ao termo "maretório" ter se transformado em um desafio lançado à academia pelas lideranças da CONFREM, através do discurso de uma mulher extrativista costeira e marinha do litoral do Pará: "*[...] o maretório já aparece em vários lugares, mas ainda não foi conceituado ou explicado [...] o desafio aqui hoje é para vocês da academia, construir isso com a gente [...]*" (Fragmento do discurso de Célia Neves, liderança da CONFREM e da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do litoral do Pará, registrado no diário de campo durante a participação no XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia e XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia, realizado em 2018, na cidade de Belém-PA, Brasil). Essa declaração busca a construção conjunta de um conceito que melhor expressasse a identidade e a luta dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos.

O chamado dessa liderança à academia para a construção de um conceito para o termo "maretório", durante o evento despertou o interesse de acadêmicos e acadêmicas que se dispuseram a oferecer interpretações a partir de seus respectivos

campos de estudos (Sousa, França e Araos 2022). Essas reflexões, em sua maioria, vêm sendo desenvolvidas por pesquisadores e pesquisadoras da região, o que poderia vir a se caracterizar na construção de uma literatura própria da Amazônia em torno do conceito (Pimentel 2019; França 2022; Nascimento 2021; Nascimento e Barboza 2020; Sousa 2019; 2022).

Nesse sentido, entendemos que a utilização do termo "maretório", assim como o de "mulheres extrativistas costeiras e marinhas", em diferentes contextos e esferas e participação sociopolítica, reflete a busca por uma maior visibilidade e reconhecimento das práticas e saberes dessa categoria. E podem vir a se constituir em ferramentas essas para fortalecer a identidade coletiva e promover uma maior inclusão das demandas específicas das mulheres extrativistas nas políticas públicas e nos espaços de decisão.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, exploramos o conceito de "maretório" e sua relação com as lutas por direitos socioambientais das mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral do Pará. Nossa análise qualitativo-exploratória, baseada em entrevistas, etnografias e registros em diário e campo, revelou que a origem do termo está enraizada nas experiências e conhecimento situado dessas mulheres, que, ao longo de suas trajetórias de vida vem acumulando, e ganha forma na sua relação cotidianas com os ambientes e ecossistemas costeiros e marinhos influenciados pela dinâmica das marés.

As ações, estratégias e mobilizações sociais lideradas por essas mulheres que contribuíram no processo de criação de RESEX MAR no litoral do Pará, refletem os efeitos de seus esforços na luta pelo reconhecimento de direitos socioambientais. Os exemplos citados servem para ilustrar o poder de agências dessas mulheres ao forjarem alianças, articulando-se em rede para alcançar seus objetivos.

Embora tenham alcançado importantes vitórias, as mulheres extrativistas costeiras e marinhas continuam enfrentar desafios em

seu dia a dia, incluem nos exemplos a invisibilidade de seu trabalho e a discriminação em espaços de tomada de decisão. No entanto, observamos ao longo de uma das seções do artigo, que a criação da Secretaria Nacional de Mulheres da CONFREM e da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará são exemplos de como essas mulheres estão se organizando para superar esses obstáculos e fortalecer sua presença em espaços de participação sociopolítica.

A partir deste trabalho, propomos que o conceito de “maretório” seja compreendido como a construção de um giro ecoterritorial que emerge do conhecimento situado das mulheres extrativistas costeiras e marinhas do litoral do Pará. Este conceito integra dimensões de espaço relacional, mobilizações sociais e sentido identitário, refletindo nas lentes necessárias para aqueles e aquelas que desejam compreender as especificidades do modo de vida dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos e sua relação com os ambientes e ecossistemas costeiros e marinhos. Neste sentido, o maretório se caracteriza como um espaço, influenciado pela dinâmica das marés, dos ventos, correntes e ciclos lunares, onde práticas produtivas, como o extrativismo, a pesca, a mariscagem e pequenos cultivos são realizadas. Este espaço é tanto material quanto simbólico, abrangendo conhecimentos e práticas tradicionais que sustentam a vida das famílias de extrativistas costeiros marinhos. Essas práticas são construídas e reconstruídas continuamente através da fluidez da dinâmica uso, apropriação e relação com ambientes e ecossistemas costeiros e marinhos.

A partir dos resultados deste artigo, também é possível afirmarmos que o “maretório” se constitui em um espaço de luta e resistência, onde os povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos reivindicam o seu reconhecimento através da criação de RESEX MAR. Somado a isso, observamos como o “maretório” acaba compondo a identidade dessa categoria, ao ser mobilizado nos discursos os reconhecimentos de suas particularidades.

Agradecimientos

Gostaríamos de expressar nosso agradecimento às lideranças dos povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos das RESEX MAR do litoral do Pará, em especial a Célia Neves e Marly Silva, que aceitaram assinar este artigo conosco e gentilmente cederam parte de seu tempo para conceder entrevistas e compartilhar suas histórias e conhecimentos. Seu apoio e colaboração foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradecemos à Dra. Romané Sepúlveda pela leitura da primeira versão deste artigo, por seus comentários e pelo incentivo à submissão. Agradecemos também aos pareceristas pelos comentários, provocações e contribuições para o desenvolvido do artigo. Por fim, agradecemos à Agência Nacional de Investigación y Desarrollo (ANID) pela concessão da bolsa de doutorado a um dos autores deste artigo.

Referências bibliográficas

- Abdala, G., N. Saraiva, e F. Wesley. 2012. "Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - Volume I - Diagnóstico da Unidade de Conservação". Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
- Allegretti, M. H. 1994. "Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da Floresta Amazônica". Revista da Fundação SEADE 3:23–29.
- Almeida, M. W. B. 2004. "Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas". Revista Brasileira de Ciências Sociais 19 (55): 33–52. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200003>.
- Alves, A. 2017. "Território, territorialidade e dinâmica socioeconômica na área costeira de Bragança-PA (Bacuriteua, 1974-2016)". Belém-PA: Universidade Federal do Pará.
- Barragán, M. A., M. Lang, D. Chávez, e A. Santillana. 2016. "Pensar a partir do feminismo Críticas e alternativas ao desenvolvimento". Em Dilger, G., Lang, M. & Filho, J. (org). Descolonizar o imaginário:

- Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento, 88–120. Editora Elefante.
- Batista, I. M. S. 2010. "Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da RESEX Mãe Grande de Curuçá". Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Belém-PA: Universidade Federal do Pará.
- Batista, I. M. S., e Ligia T. L. S. 2013. "Implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande de Curuçá: perspectivas de desenvolvimento sustentável no estuário paraense?" *Novos Cadernos NAEA* 16 (1). <https://doi.org/10.5801/ncn.v16i1.1325>.
- Bennet, N., H. Govan, e T. Satterfield. 2015. "Ocean grabbing". *Marine Policy* 57 (julho):61–68. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2015.03.026>.
- Brasil. 2000. Lei no 9.985, de 18 de Julho de 2000, Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- . 2002a. Decreto de 13 de Dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista de São João da Ponta, no Município de São João da Ponta, no Estado do Pará, e dá outras providências. <https://www2.cprh.pe.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/dfsaojoao.pdf>.
- . 2002b. Decreto de 13 de Dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Município de Curuçá, no Estado do Pará, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9774.htm#:~:text=DECRETO%20DE%2013%20DE%20DEZEMBRO,que%20lhe%20confere%20o%20art.
- . 2011. Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011. Institui a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. https://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html.
- . 2014. Portaria No 2.311, de outubro de 2014. Altera a Portaria no 2.866/GM/MS, de 2 de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política

Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e das Florestas e das Águas. https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prf2311_23_10_2014.html.

- . 2024a. Decreto n. 11.958, de 21 de março de 2024. Cria a Reserva Extrativista Viriandeua, localizada nos Municípios de Salinópolis e São João de Pirabas, Estado do Pará. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto-11958-21-marco-2024-795416-publicacaooriginal-171325-pe.html#:~:text=Cria%20a%20Reserva%20Extrativista%20Viriandeua,de%20Pirabas%2C%20Estado%20do%20Par%C3%A1>.
- . 2024b. Decreto n. 11.959, de 21 de março de 2024. Cria a Reserva Extrativista Filhos do Manguê, localizada nos Municípios de Primavera e Quatipuru, Estado do Pará. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11959.htm.
- Cabnal, L. 2010. "Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala". Em ACSUR-Las Segovias (org.). *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*, 11–25. Madri, Espanha: ACSUR - Las Segovias.
- Cardoso, A. T. C., C. T. Abreu, G. C. Scelza, L. J. V. Abrantes, M. G. M. Pinto, e P. Rabelo. 2018. "Plano de manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure". Plano de Manejo. Soure-PA: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).
- Cardoso, L. M, e C. V. A. Gomes. 2021. "RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA: A TRAJETÓRIA DE LUTA EM DIREÇÃO AOS MANGUEZAIS AMAZÔNICOS DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA". *International Journal of Development Research* 11:45820–25. <https://doi.org/10.37118/ijdr.21539.04.2021>.
- CONTAG. 2015. "5a Marcha de las Margaridas: pautas de reivindicações para o Governo Federal".
- Costa, J. 2014. "As novas regras do jogo para o acesso aos recursos naturais em Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Pará". Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Belém-PA.
- Costa, P. 2012. "Os impactos ambientais sobre a planície costeira bragantina: da construção da PA-458 a ocupação

- desordenada na praia de Ajuruteua." Em II Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais. Goiás.
- De Lucca, L. L. 2018. "Tensões e expectativas: as narrativas dos interlocutores da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá – PA". Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém-PA: Universidade Federal do Pará.
- Façanha, T. G. 2022. "As mulheres produzindo capital social na RESEX Chico Mendes (1970-2019)". Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Federici, S., e L. Valio. 2020. "Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina". Revista Estudos Feministas 28:70010.
- Ferreira, E. J. A. 2018. "Educação ambiental como instrumento para a gestão na RESEX Marinha Cuinarana, Pará". Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém-PA: Universidade Federal do Pará.
- Ferreira, L. C. 2004. "Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil". Ambiente & Sociedade 7 (1): 47–66. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2004000100004>.
- França, J. S. N. 2022. "Soberania alimentar em maretórios: dinâmicas socioculturais nas marés e nos mangues e a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá". Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, Belém-PA: Universidade do Estado do Pará.
- Gonçalves, C. W. P. 2009. "Entre América e Abya Yala – tensões deterritorialidades". Desenvolvimento e Meio Ambiente, no 20, 25–30.
- Gonçalves, C. W. P. 2001. Amazônia, Amazônias. 3o ed. São Paulo: Contexto.
- Haesbaert, R. 2020. "Do Corpo-território ao Território-corpo (Da Terra): Contribuições Decoloniais". Revista Geographia 22 (48): 75–88.

- Haraway, D. 1995. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos Pagu*, 07–41.
- Harding, S. 1993. "Rethinking standpoint epistemology: What is strong objectivity?" Em Alcoff, L. e Potter, E. (eds.), *Feminist epistemologies*. Londres, Routledge.
- IBGE. 2022. "Portal de Mapas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística". Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (blog). 2022. <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>.
- ICMBio. 2024a. "Governo Federal cria duas Unidades de Conservação na costa amazônica". ICMBio (blog). 2024. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/governo-federal-cria-duas-unidades-de-conservacao-na-costa-amazonica>.
- . 2024b. "Painel dinâmico de informações do ICMBio". 2024. <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoIn2M1ZDNjZTQ1N2VmYy00Y2I3LWJjZmM1YjY0MGQzNWMyZGRlliwidCI6ImMxNGUyYjU2LWM1YmM1NDNiZC1hZDljLTQwOGNmNmNjMzU2MCI9>.
- Marçal, A. S. 2019. "Os desafios para a gestão das Reservas Extrativistas Marinhas na Amazônia: estudo de caso Reserva Extrativista Maracanã/PA". Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém-PA: Universidade Federal do Pará.
- Moreira, C. 2017. "Entre a conservação ambiental e a transferência de renda: o Programa Bolsa Verde em uma resex marinha na Amazônia". Dissertação de Mestrado em Sociologia, Belém-PA: Universidade Federal do Pará.
- . 2024. "Rede de solidariedade e justiça socioambiental: a rede de mulheres das marés e das águas do litoral do Pará." Em *Anais do 5a Seminário Internacional América Latina e Caribe (SIALAT)*, 14. Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.
- Mulheres das Marés e das Águas dos Manguezais Amazônicos. 2020. "Carta das Mulheres das Marés e das Águas dos Manguezais Amazônicos contra Resolução no 500 de 2020 que revoga três resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): - A Resolução 303/2002. E viva a vida que pulsa nos manguezais amazônicos", 2020.

- Nascimento, J. R. 2021. "Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará". Tese de Doutorado em Geografia Humana, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Nascimento, J. R., e R. Barboza. 2020. "Dos seringais aos maretórios: r-existências nas Resex Marinhas na Amazônia". Em In: Teisserec, M. Teisserenc, P. Rocha, M. (org.). Gestão da água: desafios sociopolíticos e sociotécnicos na Amazônia e no Nordeste brasileiros., 234–66. Belém: NUMA/UFPA.
- Oliveira, M. V., e M. C. A. Maneschy. 2014. "Trabalho e territorialidade no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança-Pa". Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., 9:129–43.
- Oliveira, M. V. C. 2015. "A estrada para o 'progresso': política, cultura e natureza em Bragança, Pará (1970-1996)". Dissertação de Mestrado em História Social, Belém-PA: Universidade Federal do Pará.
- Oliveira, M. V. C., e M. C. Henrique. 2018. "No meio do caminho havia um mangue: impactos socioambientais da estrada Bragança-Ajuruteua, Pará". História, Ciências, Saúde-Manguinhos 25 (2): 497–514. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702018000200011>.
- Pérez, L. P. 2017. "Epistemología feminista y conocimientos desde el Sur global". EcologíaPolítica, 14–17.
- Pimentel, M. S. A. 2019. "Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no estado do Pará: Conflitos e resistências". AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política 1 (1): 191–218. <https://doi.org/10.48075/amb.v1i1.22690>.
- Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará. 2021. "Carta de criação da Rede de Mulheres das Marés e das Águas do Litoral do Pará", Bragança-PA de 2021.
- Santos, S. P. 2016. "RESEX-MAR de São Caetano de Odivelas/PA: uma Etnografia dos conflitos socioambientais". Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia, Belém-PA: Universidade Federal do Pará.
- Sousa, V. P. L.. 2019. "A minha terra é o mar: a trajetória de um movimento socioambiental no litoral da Amazônia". Trabalho

- de Conclusão de Curso de Ciências Sociais, Belém-PA: Universidade Federal do Pará.
- . 2022. “Maretório: o giro ecoterritorial dos povos extrativistas costeiro-marinhos do litoral da Amazônia paraense?” Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia, Belém-PA: Universidade Federal do Pará.
- Sousa, V. P. L., e T. G. Ribeiro. 2021. “A luta pela terra, o mangue e o mar: a trajetória de um movimento socioambiental no litoral do Pará”. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais* 10 (2): 1–20. <https://doi.org/10.51359/2238-8052.2021.249952>.
- Sousa, V. P. L., F. J. L. Araos, e E. F. Alencar. 2023. “Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas, povos tradicionais extrativistas costeiros e marinhos e a defesa dos maretórios na Amazônia brasileira.” Em Silveira, R; Deponti, C.; Thezá, M.; Gác, D. (org.) *Actores, territorios y dinámicas regionales de desarrollo: diálogos Brasil-Chile.*, 1o ed, 373–407. Porto Alegre.
- Sousa, V. P. L., J. S. N. França, e F. J. L. Araos. 2024. “Maretório e os Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos do Litoral do Pará, Brasil.” *Ilha – Revista de Antropologia* 26 (2): 67–91.
- Svampa, M. 2015. “Feminismos del Sur y ecofeminismo”. *Nueva Sociedad* 256:127–31.
- . 2019. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. 1o ed. Editora Elefante.



Este obra está bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento 4.0 Internacional.